

Capital, Tecnologia e Proletariado

Miguel Amorós

24 de Abril de 2010

As origens do proletariado devem ser procuradas no período histórico em que a sociedade feudal se organizou em torno da economia e foi transformada em sociedade capitalista. Isso aconteceu quando o domínio do capital, dominante na circulação de mercadorias, invadiu a esfera da produção por meio de uma “revolução industrial”, na qual a divisão do trabalho e da tecnologia desempenharia papéis de liderança. A mercadoria, isto é, o produto que é trocado por dinheiro, tinha surgido em vários momentos ao longo da história, sempre em conexão com o comércio, mas nunca antes tinha ocupado um lugar central na sociedade, e sua lógica, portanto, nunca havia determinado previamente a ordem social. Só no século XVIII, século do Iluminismo, chegou o momento em que a enorme demanda gerada pelas necessidades militares dos Estados deu origem a um novo sistema de produção, a fábrica, com a correspondente tecnologia unilateral baseada na ciência e na produção em massa. O próprio fato de que a produção se tornou a produção de mercadorias é fundamental porque implica uma mercadoria especial que agrega valor à matéria-prima: que a mercadoria é trabalho. Em suma, exigia a criação de um proletariado. O capital criou seu antagonista, o trabalhador assalariado, em condições que foram estabelecidas por uma determinada tecnologia e por um certo curso de desenvolvimento prosseguido pelo Estado. O proletariado industrial é também a descendência de ambos esses fatores. Concretamente, é tanto o fruto da máquina a vapor, como é da regimentação do trabalho de acordo com o modelo militar-industrial.

As mudanças iniciadas durante a era moderna foram precedidas por uma evolução lenta do pensamento, durante o curso do qual a razão substituiu a religião e desencantou o mundo. O homem secularizado desceu dos céus para a terra. O mundo, uma vez que foi visto corretamente, poderia ser explicado em seus próprios termos, sem guias espirituais. A ciência passou a ser aceita como a mais alta forma de pensamento, deslocando a tradição e a autoridade. Uma nova fé emergiu, a fé no progresso, a crença de que o melhoramento humano seria quase automaticamente alcançado com a generalização do conhecimento científico e das inovações tecnológicas. Mas a razão progressista não estava satisfeita com a satisfação do conhecimento, mas queria avançar sob o signo da dominação. Além de dominar as forças da natureza e colocá-las a serviço dos interesses dominantes, a doutrina do progresso implicava um objetivo, a demolição completa do passado, que era percebida como um atraso miserável, em oposição ao futuro, que foi retratado como quase um paraíso. A mudança constante, premissa elementar da ciência e da tecnologia, foi elevada ao status de dever moral. Opor-se à mudança era ser contra o progresso, defender a pobreza e a ignorância. O equilíbrio de forças inclinou-se em favor da máquina e da organização racionalizada, porque o domínio sobre a natureza, ou seja, o progresso, transformou-se em servidão sob a ciência e a tecnologia. Esta mentalidade instrumentalista pavimentou o caminho para o capitalismo e criou condições favoráveis para o seu desenvolvimento. No novo contexto imposto pela mercadoria, o trabalhador era parte do mecanismo industrial, fonte de mais-valia e escravo da máquina. A produção de mercadorias, e portanto de trabalho, estaria cada vez mais subordinada à racionalização e à inovação tecnológica. A dominação capitalista real é impessoal, uma vez que seus diretores são sempre os meros executores, para o bem ou para o mal, de regras que não controlam. Consiste no poder das coisas sobre as pessoas, ou, mais precisamente, o poder de abstração sobre a realidade social e ecológica, graças ao qual o indivíduo aparece como o intermediário entre as coisas, como uma parte secundária de um mecanismo, um brinquedo de leis alienígenas, independentemente de como esse poder é personificado para suas vítimas. Esta abstração assume uma forma material através de meios eminentemente técnicos. Torna-se cada vez mais dependente da tecnologia. Assim, embora a dominação fosse cada vez mais desligada da esfera econômica concreta para se tornar cada vez mais técnica na natureza, a própria tecnologia, tendo crescido no âmbito econômico, no centro da abstração, seria gradualmente transformado em um fetiche futurista situado acima das classes. Os critérios científico-tecnológicos seriam internalizados, deslocando critérios ideológicos e políticos na gestão dos assuntos públicos e privados. Finalmente, para o bem da economia e da cultura dominante, a ciência e a tecnologia começariam a assumir a forma de uma ideologia como guias para a organização da existência individual e coletiva.

Durante sua primeira etapa, a contradição básica do capitalismo foi a contradição entre capital e trabalho assalariado, entre a classe burguesa e a classe trabalhadora. O domínio real das coisas sobre os indivíduos, que é a essência do capitalismo, inicialmente assumiu a aparência de exploração pessoal ou de classe. Parecia haver uma incompatibilidade absoluta entre a burguesia e o proletariado, apesar do fato de que a luta de classes ocorreu dentro do capitalismo e o fato de que o capital e o trabalho, como dois

polos da mesma relação, constituem, em conjunto, uma comunidade especial de interesses. Na verdade, o seu antagonismo radical foi o resultado da rápida penetração da mercadoria na sociedade; o crescimento do capitalismo ultrapassou o desenvolvimento das suas correspondentes formas jurídicas e políticas, por exemplo, o direito de voto, a liberdade de associação e o direito à greve. Essas formas, paralisadas pelos remanescentes do antigo regime que ainda afetavam as classes, eram incapazes de mitigar o conflito. É por isso que o movimento dos trabalhadores começou por exigir não apenas reformas trabalhistas, mas também direitos políticos, e confrontado com os obstáculos intransponíveis que estavam em seu caminho, concluiu que não havia outra maneira de removê-los, exceto a revolução social. Como as formas históricas que se conformavam com as necessidades burguesas estavam em processo de ser estabelecidas, o movimento dos trabalhadores estava dividido sobre a questão dos métodos, e só permaneceu unido com relação à questão de seus objetivos. Os reformistas e revolucionários afirmaram perseguir os mesmos objetivos, mesmo que os meios utilizados fossem diferentes. No entanto, as práticas de reformismo e jacobinismo levaram à criação da burocracia trabalhista e sua clientela, cuja existência foi possível devido ao declínio dos negócios qualificados e sua integração no sistema. Em uma etapa posterior do desenvolvimento político-econômico, os partidos operários, o colaboracionismo sindical, o fordismo, etc., revelaram que a contradição entre capital e trabalho não era tão absoluta como parecia ser. As reformas sociais não abriram o caminho para o Estado dos trabalhadores ou para a comunidade dos trabalhadores, mas deram origem ao desenvolvimento de uma sociedade de consumo.

É verdade que o proletariado revolucionário criou comunas, comitês de fábrica, sindicatos unitários, conselhos de trabalhadores, milícias e coletivos, que compõem a parte invicta de seu movimento e seu legado para as futuras revoluções. No entanto, o desastre representado pela construção de um Estado totalitário na Rússia, a derrota da Revolução Espanhola e a inter-classe e o anti-fascismo da era pós-guerra levou alguns a questionar o papel histórico de coeiro do capitalismo, que já foi atribuído à classe trabalhadora internacional. Fatos como a participação maciça em eleições parlamentares, o consumo em massa e a indústria do entretenimento revelaram uma população de trabalhadores assalariados que se identificaram com a moralidade burguesa. Outras realidades, como a automação ou a expansão do setor de serviços, destacam o fosso crescente que se abriu entre a produção e o proletariado; em tudo, a existência de uma sociedade de classes no processo de dissolução, uma sociedade de massas. Assim como as classes foram uma criação de capitalismo imaturo, as massas são uma criação de capitalismo maduro. São o resultado do declínio da classe trabalhadora diante da predominância da tecnologia na produção e no consumo gerenciado. Ao contrário das classes, as massas são incapazes de se emancipar. São compostos por indivíduos desenraizados, separados de qualquer tipo de solidariedade ou relação que não seja mediada pela propaganda ou pelo espetáculo. No plano social, isso significa que toda a vida agora se tornou vida privada, doutrinada, pesquisada e obrigada a consumir. Na sociedade de massas, a tecnologia está no comando; o homem é a matéria-prima da máquina, o instrumento pelo qual um mecanismo social constrói outro, ainda mais mecanicista que o mecanismo social. Os valores dominantes tornaram-se diretamente valores técnicos, porque a tecnologia é decisiva tanto no que diz respeito à formação de capital como ao aparelho de poder. A tendência para a sociedade de massas se tornar uma fábrica, um shopping center, uma cadeia e um laboratório ao mesmo tempo, ou, dito de outra forma, a vontade do aparelho autônomo do poder de se tornar capaz de determinar a vida de acordo com os critérios que correspondem a esses quatro subsistemas, revela a real contradição primária do capitalismo, a contradição gerada pelo choque entre a lógica tecnofílica da mercadoria e a vida social sobre a qual ela assumiu o controle, incluindo seu ambiente biológico. A exploração não cessa no final do dia útil. Toda a vida foi expropriada e, dado o impacto desta expropriação no ecossistema, toda a vida está diretamente ameaçada. A contradição atinge seu clímax ameaçando a sobrevivência da espécie. O capitalismo, em sua fase tardia, encerra a era da instrumentalização, a era em que os ideais políticos, econômicos e morais deveriam conduzir a uma utopia tecnológica e, como resultado, a tecnologia, ou “trabalho morto”, abraça a vida em todos os seus aspectos, uma vez que este último está se desdobrando em um ambiente cada vez mais artificial. A tecnologia de ponta é o destino humano sob o capitalismo tardio. Em tal regime, não há outra esperança além de continuar no curso da inovação tecnológica, embora ao longo do caminho, devido às exigências do aparelho de poder, quer se chame de oligarquia tecnocrática ou simplesmente a megamáquina, todas as qualidades humanas desaparecerão e o planeta será destruído.

As revoltas dos anos sessenta e setenta não deixaram de apontar as limitações do velho movimento operário e definir a revolução como uma transformação subversiva de todo o nosso modo de vida. A definição situacionista, “o proletário é alguém que não tem poder sobre sua vida e sabe disso”, transferiu a luta de classes para o terreno da vida cotidiana, que até certo ponto entrou em conflito com o conselhismo operário da SI, em oposição às comunidades combatentes mais coerentes ou fraternidades dos radicais americanos. Na Europa, no entanto, o proletariado industrial ainda ocupava o centro de produção, e a nova consciência de classe entrou em conflito contra a velha. Os jovens radicais encontravam-se frequentemente em conflito com os antigos militantes nas fábricas. O ideal operário tornou-se inteiramente obsoleto em meio à emergência generalizada de estilos de vida que exigiam liberdades de todo tipo, a experimentação livre e a abolição de todos os preconceitos e convenções sociais. As últimas ondas do movimento operário em resposta à crise do processo de modernização foram ainda capazes de criar a ilusão de uma reprise, ou uma segunda ofensiva, de uma espécie de “autonomia operária”, mas esta foi a parte do movimento que sofreu a derrota mais decisiva, enquanto o movimento como um todo tinha o potencial de ir muito mais longe. Enquanto a rebelião nas fábricas andava de mãos dadas com a rebelião da vida cotidiana, havia um grau de redescoberta e autonomia, mas essa conjunção era passageira. O sabor amargo da derrota durante os anos seguintes prejudicou o otimismo irrealista dos anos anteriores. A institucionalização, os subsídios e os mecanismos eleitorais transformaram a burocracia operária em um fator reacionário da primeira ordem, que as escaramuças menores montadas pelos trabalhadores radicais não conseguiram evitar. Com raras exceções, estes últimos permaneceram no mesmo terreno; as lutas por salários, horas de trabalho ou segurança no emprego, por mais legítimas que tenham sido, por mais violentos que fossem e por mais que muitas assembleias surgissem de suas lutas, não transgrediram os limites do capital e, portanto, não minaram o clientelismo político-sindical, nem contribuíram para a descolonização da vida cotidiana. Eles não lutaram contra o capitalismo, mas contra uma forma específica de capitalismo, que estava passando por um processo de autoliquidação. Além disso, a subsequente ofensiva capitalista dos anos oitenta liberalizou os costumes, generalizou o consumo e pôs fim aos surtos radicais nas fábricas. A automação deslocou a massa de trabalhadores assalariados para a construção, distribuição e turismo. O pacto sindical restaurou um modelo de negociação vertical e obscureceu a consciência de classe das revoltas. A repressão cuidou do resto. A luta no local de trabalho foi definitivamente separada da luta por uma vida sem restrições e sem catástrofes capitalistas. A ideia da revolução foi completamente desacreditada e relegada para o museu das utopias. O persistente obreirismo residual foi cada vez mais preso entre a contemplação de uma massa consumista de trabalhadores assalariados, dócil e manipulável, e o sonho de uma classe trabalhadora abstrata, o portador de ideais universais de emancipação. A partir de então, ele se barricou em seu gueto e sobreviveu na forma de seitas, com seus dogmas, seus símbolos e seus rituais; deixou de ser uma ideologia simples nascido de uma análise social insuficiente e prática, a fim de se adaptar ao espaço que lhe é reservado pela era tecnológica.

A consideração do trabalho como o elemento que é comum a toda a sociedade, como seu princípio organizacional, como defendido pelos partidários da revolução proletária, equivale a apresentar o socialismo como um regime de trabalhadores em busca de reforma social por processos evolucionários que foram libertados dos capitalistas. Sob esta perspectiva, que é a do progresso, ou a do socialismo burguês, não é senão uma versão corrigida do capitalismo, e o movimento operário é um agente de modernização. Esta jornada não requer muita bagagem e os burocratas operários a escolheram com os olhos abertos: o capitalismo real era efetivamente o único socialismo possível, seja ele chamado de “Estado Social” ou a sociedade “altamente desenvolvida”. De acordo com esta visão, o perigo não é integração, mas exclusão, não ter muito capitalismo, mas muito pouco. Se no passado, o socialismo era frequentemente apresentado como a coerência do capitalismo, agora que outra versão mais “humana” (e mais keynesiana) é considerada possível, o capitalismo provou ser a coerência do socialismo. O anticapitalismo, se não quiser ficar preso numa contradição, deve dar uma resposta profunda às forças de produção e às leis do mercado. A produção e distribuição de mercadorias não deixará de ser produção e distribuição de mercadorias apenas porque a produção e distribuição caem nas mãos dos trabalhadores, e se isso acontecer, reproduzirá, de uma forma ou de outra, precisamente o que procurou destruir: padrões, propriedade privada, indústria, mercado, o Estado. O trabalho, que, uma vez inserido em uma sociedade de consumo plenamente desenvolvida, não pode mais constituir uma comunidade de oprimidos, é ainda menos capaz de servir como base para qualquer tipo de sociedade livre. Só a vida pode ser essa base.

Abolir o capitalismo sem abolir o proletariado equivaleria a reproduzir outra forma de capitalismo e, como corolário, outra classe dominante e outro Estado. Abolir o proletariado sem rejeitar a ideologia do progresso conduz aos mesmos resultados. Se você quer acabar com o reinado da mercadoria, você precisa abolir o trabalho, bem como a tecnologia associada à sua existência; em suma, você deve libertar os indivíduos da condição de serem trabalhadores, você deve libertá-los da relação social objetivada que os transforma em trabalhadores assalariados, acessórios para a máquina e escravos de consumo. A supressão do trabalho deve ocorrer em primeiro lugar na produção, mas não por meio da apropriação coletiva dos meios de produção, ou por meio de automação, mas pelo desmantelamento do sistema urbano-fábrica e pelo abandono da maquinaria centralizadora. E, ao mesmo tempo, este processo deve ser realizado em circulação também, mas não só por meio da abolição do dinheiro e do mercado, mas com a eliminação do lazer tecnologicado, essa nova forma de trabalho. Uma vida emancipada do trabalho não é uma vida de lazer; entre outras coisas, é uma vida em que a atividade produtiva, o “metabolismo com a natureza”, obedece à satisfação das necessidades e não determina o funcionamento social, não altera a “fraternidade universal” de modo algum (isto é, não impede a reprodução de relações sociais livres). A revolução aspira a nada mais do que quebrar as cadeias do trabalho, especialmente as da tecnologia, a fim de facilitar a reapropriação da vida por parte dos indivíduos, por meio da construção livre de todos os momentos de suas vidas. Pondo um fim às restrições de poder separado e tecnologia autônoma, pondo fim à artificialização, pondo fim à manipulação de necessidades, erotismo, desejos e sonhos, a vida será libertada de barreiras e imposições, e estará à sua própria disposição: escapará da esfera do trabalho e do consumo, isto é, dos fenômenos nocivos e da submissão. As relações entre o homem e a máquina, entre a humanidade e a natureza, ou, mais precisamente, entre os indivíduos e as coisas, terão de ser reinventadas, e a sociedade terá de ser reconstruída moralmente e tendo em conta as exigências da coexistência mútua, sem hierarquias, com a ajuda de uma tecnologia multifacetada baseada na agricultura, nas artes e na satisfação de necessidades reais e desejos autênticos. Restaurar o equilíbrio da terra, reduzir o tamanho das cidades e estabelecer novas relações com o meio ambiente que não se baseiam na dominação. Para construir comunidades livres. Paradoxalmente, embora a tradição deva regular os ritmos da vida social, isso não significa voltar a um ou outro momento do passado, mas fazer uma ficha limpa do presente.

Biblioteca Anarquista



Miguel Amorós
Capital, Tecnologia e Proletariado
24 de Abril de 2010

praxisdigital.wordpress.com

Titulo Original: *Capital, tecnología y proletariado*. Tradução e Revisão por André Tunes @**Nucleo de Estudos Autonomo Anarco Comunista**.

Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor.

bibliotecaanarquista.org